



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DES. JOSÉ RICARDO PORTO

DECISÃO MONOCRÁTICA

REEXAME NECESSÁRIO N° 0001246-81.2016.815.0000

Relator : Aluizio Bezerra Filho – Juiz Convocado
Promovente : Sebastiana de Sousa Braga
Advogado : José Alves Formiga (OAB/PB n° 5486)
Promovido : Município de Nazarezinho, representado por seu Procurador Lincoln Bezerra de Abrantes
Remetente : Juízo da 5ª Vara de Sousa

REEXAME NECESSÁRIO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. EXISTÊNCIA DE LEI REGULAMENTADORA. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DO VALOR RETROATIVO DEVIDO A PARTIR DA EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 465/2012. PROCEDÊNCIA PARCIAL. INSPEÇÃO REALIZADA POR ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 932, INCISOS IV, “A”, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DESPROVIMENTO DA REMESSA OFICIAL.

- “O pagamento do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde submetidos ao vínculo jurídico-administrativo, depende de Lei regulamentadora do ente ao

qual pertencer.” (Súmula 42 do Tribunal de Justiça da Paraíba)

- Na hipótese, a perícia realizada pelo engenheiro do trabalho afirma que a atividade desenvolvida pela promovente é insalubre em grau médio, pelo que faz *jus* ao adicional requerido, a partir da vigência da Lei Complementar n.º 465/2015.

VISTOS

Trata-se de Remessa Necessária originária da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara Mista da Comarca de Sousa, que julgou parcialmente procedente a “Reclamação Trabalhista” ajuizada por **Sebastiana de Sousa Braga** em face do **Município de Nazarezinho**.

O Magistrado de base, em sua decisão, assim consignou: *“julgo parcialmente procedente o pedido para condenar o réu na obrigação de fazer, consistente no pagamento mensal do adicional de insalubridade, no percentual de 20% sobre o vencimento da parte requerente, bem como na obrigação de pagar à autora os valores retroativos do mencionado adicional, a partir de 12 de março de 2012 até a efetiva implantação, incidindo juros de mora e correção monetária, a partir da citação, na forma do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97.”* (fls. 198)

Não foi interposto recurso voluntário (fls. 201).

É o relatório.

DECIDO

De acordo com posicionamento sumulado pela nossa Corte de Justiça, Súmula 42, “o pagamento do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde submetidos ao vínculo jurídico-administrativo, depende de Lei regulamentadora do ente ao

qual pertencer”. Vejamos aresto do Incidente de Uniformização de Jurisprudência que a editou:

APELAÇÃO CÍVEL. Direito administrativo. Ação de cobrança. Município. Agente comunitário de saúde. Adicional de insalubridade. Ausência de Lei municipal regulamentadora. Concessão do benefício. Impossibilidade. Posicionamento sumulado por este colendo tribunal. Apelo desprovido. “o pagamento do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde submetidos ao vínculo jurídico administrativo, depende de Lei regulamentadora do ente ao qual pertencer”. (TJPB; AC 0000212-80.2013.815.0031; Primeira Câmara Especializada Cível; Rel^a Juíza Conv. Vanda Elizabeth Marinho Barbosa; DJPB 14/05/2014; Pág. 14)

REMESSA NECESSÁRIA. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. MUNICÍPIO DE PATOS. COBRANÇA DE VERBAS TRABALHISTAS. PEDIDO JULGANDO PARCIALMENTE PROCEDENTE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BENEFÍCIO DEVIDO APENAS APÓS A VIGÊNCIA DA LEI MUNICIPAL Nº 3.927/2011. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. O pagamento de adicional de insalubridade à categoria de agente comunitário de saúde está condicionado à existência de norma regulamentadora do ente ao qual o servidor está vinculado, em observância ao princípio da legalidade. - apenas com a vigência da Lei nº 3.927/2010 é que os agentes comunitários de saúde do município de Patos passaram a fazer jus ao benefício pleiteado. O tribunal pleno do tribunal de justiça do estado da Paraíba, apreciando o incidente de uniformização de jurisprudência nº 2000622-03.2013.815.0000, por maioria absoluta, confeccionou a

seguinte Súmula: “o pagamento do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde submetidos ao vínculo jurídico administrativo, depende de Lei regulamentadora do ente ao qual pertencer. ”. (TJPB; RNec 0004206-72.2012.815.0251; Primeira Câmara Especializada Cível; Rel. Juiz Conv. Ricardo Vital de Almeida; DJPB 07/05/2014; Pág. 12)

Assim, no caso do município de Nazarezinho, a obrigação de pagar a verba requerida somente se inicia com a edição da Lei Complementar n.º 465/2012, que dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade naquela edibilidade.

No caso em análise, a condição insalubre da atividade exercida pela demandante fora atestada pelo laudo pericial de fls. 187/191, realizado por engenheiro civil e de segurança do trabalho, cuja conclusão aponta para a necessidade de percepção do adicional de insalubridade, em grau médio (20%).

Assim, não há dúvidas de que a servidora tem direito à verba requerida, a partir da vigência da lei instituidora.

Por essas razões, **com base no art. 932, incisos IV e V do Código de Processo Civil, nego provimento à remessa oficial**, mantendo a sentença em todos os seus termos.

Publique-se. Intime-se.

João Pessoa, 1º de novembro de 2016.

Aluizio Bezerra Filho
Juiz Convocado

